

Senhores Acionistas, em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2015 juntamente com o relatório dos auditores independentes. Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no projeto de empreendimento, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à Resolução 3.040, de 2002.

Balanco Patrimonial em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			PASSIVO	
ATIVO	jun/15	jun/14	jun/15	jun/14
Ativo Circulante	15.797	15.952	29.325	15.758
Disponibilidades	4.161	11.515	29.325	15.758
Caixa e Bancos	52	84	13.181	4.649
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.109	11.431	335	278
Fiscas e Previdenciárias			15.809	10.831
Diversas			12.609	5.767
Operações de Arrendamento Mercantil	10.869	4.062	12.609	5.767
Adiantamento para Arrendamento Mercantil	10.866	4.037	12.609	5.767
Arrendamentos a Receber - Setor Privado	18.996	6.168	17.653	9.167
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(18.980)	(6.121)	25.500	13.500
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(13)	(22)	(7.847)	(4.333)
Outros Créditos	757	365	-	-
Rendas a Receber	298	133	-	-
Diversos	459	232	-	-
Outros Valores e Bens	10	10	-	-
Outros Valores e Bens	10	10	-	-
Despesas Antecipadas	9	10	-	-
Ativo não Circulante	43.790	14.740	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-
Arrendamento a Receber - Setor Privado	25.812	9.620	-	-
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(25.812)	(9.620)	-	-
Imobilizado	43.790	14.740	-	-
Imobilizado de Uso	331	194	-	-
Outras Imobilizações de Uso	444	239	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(113)	(45)	-	-
Imobilizado de Arrendamento	43.459	14.546	-	-
Bens Arrendados	51.416	15.548	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(9.101)	(1.401)	-	-
Superveniência de Depreciação	1.144	399	-	-
Total do Ativo	59.587	30.692	59.587	30.692

Demonstração do Resultado dos Semestres		Finds em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)	
	jun/15	jun/14	
Receitas da Intermediação Financeira	8.783	2.301	
Operações de Arrendamento Mercantil	8.331	1.928	
Resultado de Operações	-	-	
com Títulos e Valores Mobiliários	452	373	
Despesas da Intermediação Financeira	(6.597)	(1.605)	
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.507)	(293)	
Operações de Arrendamento Mercantil	(5.082)	(1.290)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(8)	(22)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.186	696	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.779)	(2.916)	
Despesas de Pessoal	(2.720)	(2.286)	
Outras Despesas Administrativas	(838)	(582)	
Despesas Tributárias	(119)	(37)	
Outras Receitas Operacionais	13	2	
Outras Despesas Operacionais	(115)	(3)	
Resultado Operacional	(1.593)	(2.220)	
Resultado não Operacional	-	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(1.593)	(2.220)	
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	-	
Prejuízo do Semestre	(1.593)	(2.220)	
(Prejuízo) por Ação (Em R\$ 1,00)	(0,06)	(0,16)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Semestres			
Finds em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
	Capital Social	Resultados Acumulados	Total
Eventos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	13.500	(2.113)	11.387
Prejuízo do semestre	-	(2.220)	(2.220)
Saldo em 30 de Junho de 2014	13.500	(4.333)	9.167
Aumento de capital	12.000	-	12.000
Prejuízo do exercício	-	(4.141)	(4.141)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	25.500	(6.254)	19.246
Prejuízo do semestre	-	(1.593)	(1.593)
Saldo em 30 de Junho de 2015	25.500	(7.847)	17.653

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
dos Semestres Fins em 30 de Junho de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
	jun/15	jun/14	
1- Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do Semestre	(1.593)	(2.220)	
Itens que não Afetam o Caixa (Ajustes):			
(+) Depreciação	4.759	1.185	
Superveniência de Depreciação	(377)	(243)	
Aumento de Operações de Arrendamento Mercantil	(8.305)	(1.167)	
Aumento de Outros Créditos	(444)	(281)	
Aumento de Outros Valores	(2)	(7)	
Redução de Outros Valores e Bens	4	-	
Aumento em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	8	36	
Aumento em Outras Obrigações - Diversas	11.026	6.905	
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.076	4.208	
2- Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
(-) Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(21.719)	(12.172)	
(-) Aquisição de Imobilizado de Uso	(149)	(5)	
(+) Baixa de Imobilizado de Uso	6	-	
(=) Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(21.862)	(12.177)	
3- Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
(+) Empréstimos e Financiamentos	8.263	8.523	
(+) Aumento de Capital	-	-	
(=) Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	8.263	8.523	
4- Redução/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(8.523)	554	
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Semestre/Exercício	12.684	10.961	
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Semestre/Exercício	4.161	11.515	
5- Redução/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(8.523)	554	

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2015 (Em milhares de reais)

são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **g) Imposto de renda de pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSLL:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$20.000,00. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. **h) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS:** O PIS foi apurado com base na alíquota de 0,65% e a COFINS foi apurada com base na alíquota de 4%, ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia. **i) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação a valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (vi) derivativos embutidos no balanço.

Nota (a) O valor de R\$ 15.260 refere-se a valores a pagar para fornecedores de imobilizado para operações de leasing.

12. Capital Social: O capital social está representado por 25.500.000 (13.500.000 em 30/06/2014) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no exterior.

13. Limites Operacionais (Acordo de Basileia): O Índice de Basileia em 30/06/2015 foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor:

Descrição	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor Presente	Provisão	Saldo	
Arrendamento financeiro				
PDD por Nível de Risco				
Nível AA	12.549	-	1	
Nível A	1.064	6	36	(31)
Total	13.613	6	37	(6)
Movimentação - Arrendamento Financeiro				
Saldo em 30 de Junho de 2014				
Adições	28	25		
Baixas	20	102		
Saldo em 30 de Junho de 2015	13.613	6		
Arrendamento operacional				
PDD por Nível de Risco				
Nível AA	29.048	-		
Nível A	671	3		
Nível C	143	4		
Total	29.862	7		
Movimentação - Arrendamento Operacional				
Saldo em 30 de Junho de 2014				
Adições	54	(68)		
Baixas				
Saldo em 30 de Junho de 2015	29.862	7		
9. Outros Créditos - Diversos				
A composição da conta Outros Créditos era a seguinte:				
Descrição	30/06/2015	30/06/2014		
Adiantamento e Antecipações Salariais	151	105		
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta (a)	28	25		
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	280	102		
Total	459	232		

7. Operações de Arrendamento Mercantil

a) Ajustes nas Operações de Arrendamento Mercantil

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro de receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do Banco Central do Brasil, foi foculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas que abrangem os valores das operações de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. **b) Valor presente das operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esse valor é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do Banco Central do Brasil, nas quais são resumidas a seguir:

Nota (a) O valor de R\$ 15.260 refere-se a valores a pagar para fornecedores de imobilizado para operações de leasing.

12. Capital Social: O capital social está representado por 25.500.000 (13.500.000 em 30/06/2014) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no exterior.

13. Limites Operacionais (Acordo de Basileia): O Índice de Basileia em 30/06/2015 foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor:

Descrição	30/06/2015
PR - Patrimônio de Referência	17.653
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	16.207
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	3.535
Risco de crédito abordagem padronizada (RWACPAD)	28.412
Risco de Mercado (PJUR, PDM, PACS)	3.720
RBAN - Capital alocado para cobertura de risco das operações não classificadas na carteira de negociação	312
Valor de Margem	13.807
Índice de Basileia	55

14. Riscos Operacionais: O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos internos. A CHG-Meridian Arrendamento Mercantil imple sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, que conta com o apoio da Diretoria para promover a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, com o objetivo de evitar ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, bem como risco legal. Em atenção à regulamentação vigente, as recomendações do comitê de Basileia e as práticas de Mercado do o objetivo de gerenciamento dos seus riscos, a Companhia adota as seguintes práticas:

Descrição	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor Presente	Provisão	Saldo	
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro				
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	5.903	2.685		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(5.903)	(2.681)		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	9.651	4.775		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(9.651)	(4.775)		
Valor residual garantido a realizar	49	11		
Valor residual garantido a balancear	(49)	(11)		
Bens arrendados - ativo permanente	17.065	6.744		
Depreciações acumuladas	(4.506)	(724)		
Superveniência de depreciação	1.144	399		
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro	13.613	6.423		
Adiantamento para Arrendamento - Nota (a)	10.866	4.037		
Operações de Arrendamento Mercantil Operacional				
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	13.093	3.483		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	(13.077)	(3.440)		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	16.112	4.834		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	(16.112)	(4.834)		
Bens arrendados - ativo permanente	34.351	8.804		
Depreciações acumuladas	(4.505)	(677)		
Contratos Registrados no Balanço de Arrendamento Mercantil Operacional	29.862	8.170		
Nota (a) O valor de R\$ 10.866 mil refere-se a adiantamento a fornecedores de imobilizado para operações de arrendamento mercantil.				

Tipo	Moeda	Saldo em 30/06/15	
		Curto Prazo	Longo Prazo
Resolução nº 2921/02	R\$	12.967	12.238
Empréstimo no país	USD	214	371
Total		13.181	12.609
11. Outras Obrigações Diversas: A composição do saldo era a seguinte:			
Descrição	30/06/2015	30/06/2014	
Despesas de Pessoal	454	343	
Outras despesas administrativas	95	60	
Outros pagamentos - Nota (a)	15.260	10.428	
Total	15.809	10.831	

A Diretoria

Ilmos. Srs. Administradores da **CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A** - BARUERI - SP

CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A - BARUERI - SP

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nos-

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

são auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em con-

Orlando Heitor Higasi - Contador - CRC - TSP 256393/0-0

junto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: A Entidade registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificando no ativo permanente (Notas 4d e 7a). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto quanto à falta de reclassificação descrita no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequação, em todos os aspectos re-

levantes, a posição patrimonial e financeira da **CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A**, em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos: Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior: As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de agosto de 2014. O relatório consistiu a mesma modificação, conforme descrito no parágrafo base para opinião com ressalva.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.

JPPS Auditores Independentes S/S<